Uma futura antropóloga recuperando a história das pioneiras da UFSC

Pollianna Aparecida Alessio[1]

Revista mosaico

A future anthropologist recovering the history of UFSC's pioneers

[1] Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. PIBIC, E-mail: polialessio7@gmail.com.

Resumo

A nota de pesquisa busca apresentar brevemente os resultados alcançados na iniciação científica conduzida no projeto “Outros olhares sobre a História da Antropologia”, entre os anos de 2020/2021. O estudo faz parte da linha História da Antropologia, desenvolvida há mais de duas décadas em projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e com estudantes vinculadas/os ao Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre mulheres antropólogas, campo da Antropologia no Brasil e antropologias do sul global. Neste trabalho, trazemos reflexões a partir das entrevistas realizadas com as professoras da área de Antropologia. As conversas foram desenvolvidas na pandemia e, por conta disso, também procuramos discutir e mostrar a metodologia utilizada por uma futura antropóloga.

Palavras-chave: História da Antropologia; Gênero; Mulheres antropólogas.

Abstract

This research note seeks to briefly present the results achieved in a undergraduate research conducted in the project "Other views on the History of Anthropology", between the years 2020/2021. The study is part of the History of Anthropology research line, developed over two decades ago in National Council for Scientific and Technological Development projects and with students linked to the Gender and Subjectivities Identity Center of the Federal University of Santa Catarina, about women anthropologists, the anthropology field in Brazil and anthropologies of the Global South. In this work, we bring reflections from interviews carried out with professors in the field of Anthropology. The conversations were carried out during the pandemic and, consequently, we also tried to discuss and show the methodology used by a future anthropologist.

Keywords: History of Anthropology; Gender; Women anthropologists.

Introdução

A pesquisa desenvolvida no quadro do projeto “Outros olhares sobre a História da Antropologia”, fomentada pela professora Doutora Miriam Pillar Grossi, faz parte de investigação maior sobre a História da Antropologia do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como objeto de estudos mulheres antropólogas, campo da antropologia no Brasil e as antropologias do sul global. A iniciação científica, realizada entre setembro de 2020 e agosto de 2021 com bolsa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), teve como meta a escuta de professoras que trabalharam na área de ensino da Antropologia da UFSC.

Assim, neste período, tivemos como objetivos enfocar, dar visibilidade e analisar biografias profissionais/pessoais de mulheres que estiveram presentes na história da Antropologia da UFSC. Procuramos dar atenção às trajetórias das professoras aposentadas, por meio de entrevistas que permitiram “o poder de se fazer ouvir”[2], pois consideramos que trouxeram grandes contribuições no campo antropológico, mas que muitas vezes não foram reconhecidas pelo fato de serem mulheres.

A história oficial da Antropologia[3] em Santa Catarina iniciou-se na UFSC, no ano de 1960 com a criação desta Universidade, e se desenvolveu inicialmente como área de pesquisa e como disciplina oferecida em alguns cursos. Somente no ano de 1996 é que “foi criado o Departamento de Antropologia, através da Resolução 04/CUn/96 de 27 de fevereiro de 1996” (SANTOS, 2006, p.63), e a partir do desmembramento do então Departamento de Ciências Sociais. Portanto, analisamos neste texto a história do ensino e da pesquisa em Antropologia anterior à criação do Departamento e posteriormente no Curso de Graduação em Antropologia.

Procuramos dar atenção sobre como a questão de gênero estava presente neste universo científico, entendendo gênero como uma “categoria usada para pensar

[2] A frase “o poder de se fazer ouvir”, foi trazida pela professora e escritora Conceição Evaristo, na Conferência Magna intitulada “Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir”, no Seminário Internacional UFSC 2021 Fazendo Gênero 12.

[3] Em vídeo produzido pelo NIGS Audiovisual, temos três professoras que contam a história de formação da Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ycPZ-v_OYxI. Acesso em: 30 jul. 2021.

as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual" (GROSSI, 1998, p. 5).

Por conta de narrativas autobiográficas, principalmente nos memoriais que escreveram para o concurso de titular, observamos que as docentes excluíram ou não aprofundaram assuntos relacionados com vida familiar, relações de gênero em articulação com a construção da experiência acadêmica. Por isso, resolvemos utilizar a metodologia de entrevistas para um maior aprofundamento nesses assuntos.

A metodologia utilizada por uma antropóloga iniciante

O universo de entrevistadas, as quais pesquisamos, é composto por professoras aposentadas da área de Antropologia da UFSC até o ano de 2019, e que estiveram presentes no desenvolvimento da Antropologia na Universidade. Entrevistamos seis pioneiras nesse campo, mas, a pedido delas, que solicitaram para não serem identificadas, não usaremos os nomes ou informações que possam sinalizar as identidades pessoais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, contamos com o auxílio de diversas técnicas e métodos, no entanto, adaptados por conta da pandemia de COVID-19. Mesmo com algumas dificuldades encontradas durante o caminho, conseguimos conhecer e construir conjuntamente com as professoras as suas histórias de vida, por meio de suas memórias. Como nos mostra Maurice Halbwachs (1990), para recordar um evento passado, não é necessário apenas que outra pessoa o cite, é preciso também que o indivíduo traga consigo "resquícios" dos momentos.

A nossa rota de investigação, desenvolvida em parceria com a pós-doutoranda Bárbara Amorim, começou com o levantamento de quem haviam sido as professoras do Departamento de Antropologia. Após isso, buscamos formas de entrar em contato com as escolhidas, como: números de celular, e-mails pessoais e institucionais[4] e redes sociais. Ao término desta parte, marcamos as primeiras entrevistas.

[4] Algumas professoras ainda utilizam o e-mail da instituição, pois trabalham voluntariamente ou em grupos de pesquisa.

A entrevista é essencialmente uma técnica para desvencilhar as perspectivas que existem sobre determinado assunto ou pontos de vista sobre os fatos, além dos que o entrevistador espera, e serve ainda para conseguir dados não disponíveis em outros instrumentos, no nosso caso especificamente em memoriais. Porém, devemos levar em consideração que “trabalhando com estes instrumentos de pesquisa é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros” (GOLDENBERG, 2004, p.85).

As nossas entrevistas tiveram um diferencial por conta da realidade na qual nos encontrávamos, sendo todas feitas a distância, em plataformas de vídeo conferências. Esse distanciamento resultou em certos impactos, alguns positivos: as entrevistadas estavam em suas casas, então conseguimos entrar mais diretamente na parte pessoal de suas vidas, o que na grande maioria das vezes não é posto nos trabalhos biográficos sobre a carreira acadêmica e era o assunto que nos interessava. Entretanto, igualmente encontramos aspectos negativos: como muitas professoras não nos conheciam, por conta de não termos tido contato presencial prévio com elas, quando entramos em contato não sentiram confiança em se abrirem conosco sobre assuntos mais íntimos, como a maternidade. Outra dificuldade que surgiu, e que devemos levar em consideração, é que nossas entrevistas foram feitas com pesquisadoras, ou seja, elas sabem como se trabalha o campo e, por conta disso, tivemos algumas divergências durante as conversas.

Devemos pensar aqui, antropologicamente, como as relações de pesquisa são construídas a partir da especificidade entre o pesquisador que investiga um objeto similar a ele mesmo e o investigado que interage com o pesquisador, já que o “objeto antropológico é da mesma natureza que o sujeito” (LAPLANTINE, 1988, p. 91).

A visão de Elisete Schwade (2018), do mesmo modo, nos mostra que os “nativos” também decidem o que os pesquisadores devem “ouvir e observar”. As nossas interlocutoras, neste caso as professoras que foram pesquisadoras, nos viam como “outros” e nós, como antropólogas, sabemos que para viver no espaço do outro precisamos aceitar suas regras.

A técnica de coleta de dados que decidimos utilizar foi a de história de vida, que “busca compreender o desenvolvimento da vida do sujeito investigado e traçar com ele uma biografia que descreva a sua trajetória até o momento atual” (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 67). No entanto, acabamos dando uma ênfase central

sobre alguns temas voltados para as relações sociais que queríamos investigar: ser mulher, ser mãe e professora acadêmica.

Por conta disso, fizemos entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro, que estava aberto a alterações durante o processo, o que possibilitou às professoras expressarem suas experiências livremente, todavia sob o foco de nossa pesquisa. A intenção era oferecer uma certa liberdade às interlocutoras, e garantir a espontaneidade necessária para enriquecer a investigação.

Nos fundamentamos em Mirian Goldenberg (2004), que diz que é possível ter uma visão sobre uma sociedade por meio de uma biografia, conhecer um contexto social partindo da especificidade individual, onde "cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve" (GOLDENBERG, 2004, p. 36). Procuramos, com nossas entrevistas, mostrar essas leituras diferentes do ambiente universitário, o da docência no Departamento de Antropologia, porém, da mesma forma, nos debruçamos sobre como esta atividade interferiu nas vidas pessoais das educadoras.

Todas as entrevistas foram gravadas para, após isso, serem transcritas na íntegra e posteriormente submetidas a análises do conteúdo. Sempre tivemos atenção à ética, sobretudo no que diz respeito à exposição da imagem das pesquisadas, e seguimos os princípios que estão explicitados no *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que tem por base o respeito aos indivíduos e às instituições envolvidas na pesquisa. Levando em conta que nossos dados, em sua maioria, foram obtidos de forma oral, consideramos, assim como Roberto Cardoso de Oliveira (1998), que a relação dialógica na Antropologia procura um encontro entre iguais, na qual o antropólogo procura ouvir o outro. Acreditamos, como nos mostra Roberto Kant de Lima (2004), que nós pesquisadores/as, somos apenas interlocutores dessas falas e não produtores/as de verdades.

Entre carreira profissional e vida pessoal das pioneiras

Ao procurarmos contar a história da Antropologia, a partir das falas das professoras aposentadas, abordamos outros assuntos, como família, conjugalidade,

maternidade, pois estes estiveram presentes na vida dessas mulheres durante toda a sua trajetória acadêmica, ou seja, acabaram interferindo de diversas formas.

A influência familiar, em alguns casos, iniciou-se ainda na infância. As professoras nos relataram que histórias contadas pelos avós ou atividades desenvolvidas, como ir ao museu nos finais de semana, acabaram deixando uma interrogação e tal curiosidade as instigou a procurar respostas quando adolescentes ou até mesmo adultas, levando à busca pela Antropologia.

Além dessas motivações do espaço familiar, algumas das professoras nos mostraram que essa excitação pelo campo antropológico veio em tempos de graduação, quando tiveram matérias ou estágios que levaram ao contato com este mundo. Duas professoras acabaram indo fazer estágio no Museu de Antropologia da UFSC após a graduação, onde conseguiram se aprofundar mais em temas que as interessavam.

As entrevistas igualmente nos mostraram uma outra forma de chegar no mundo antropológico, mais ao acaso do destino. Duas professoras nos contaram que chegaram até Florianópolis-SC acompanhando os esposos: a primeira, por resultado da transferência de trabalho do consorte; e a segunda, por ocasião da ditadura militar em seu país, ela e seu marido tiveram que se exilar e vieram para o Brasil. Ambas falaram que, chegando na cidade, resolveram se especializar em áreas diferentes das que vinham trabalhando, pois não estavam felizes. Uma delas nos contou que teve contato, porventura, com pessoas da Universidade, onde resolveu ingressar no curso de Especialização em Ciências Sociais.

Quase todas as professoras entraram na UFSC como discentes – mais especificamente durante especialização ou mestrado. Com o passar do tempo, contudo, a presença na instituição se modificou, uma vez que elas passaram em concursos para docentes, que naquele período não costumavam ter a exigência de mestrado e doutorado para posse – apenas se exigia graduação ou especialização na área.

Duas professoras aposentadas nos contaram algumas experiências com seus cônjuges. Uma destas teve uma realidade parecida com a da Esther Jean Langdon (2013), que em seu artigo *Medio siglo de investigaciones de campo: reflexión autobiográfica sobre las contribuciones de la perspectiva de género* expôs a questão de gênero daquele período (década de 1960). Segundo Langdon (2013), seu esposo,

também antropólogo e graduado na mesma universidade que ela, apenas por ser "homem", era mais valorizado nas escolhas das bolsas de pesquisa.

Podemos refletir com outros casos, neste mesmo tópico, exemplos mostrados por Mariza Corrêa (2003), quando ela fala sobre importantes pesquisadoras da área da Antropologia que não foram reconhecidas, mas somente seus maridos, sendo as mulheres vistas apenas como tradutoras ou auxiliares. Alguns nomes das então "acompanhantes" são: Dina Lévi-Strauss, esposa de Claude Lévi-Strauss; Helen Pierson, esposa de Donald Pierson; e no Brasil temos Berta Gleizer Ribeiro, esposa de Darcy Ribeiro.

As mulheres no século passado "ou elas faziam parte de um time profissional com seus maridos, ou corriam o risco de serem malvistas pelos pesquisadores locais, em sua maioria homens" (CORRÊA, 2003, p. 24), assim como aconteceu com Ruth Landes no Brasil.

Outra questão trazida na nossa pesquisa com as professoras aposentadas sobre a conjugalidade foi a da mulher crescer profissionalmente mais que seu marido. Uma docente nos disse que seu esposo era um homem muito à frente de seu tempo, no entanto, o fato dela estar em um patamar mais alto profissionalmente, fazia com que ele se sentisse um pouco desconfortável. Isso estaria relacionado com a igualdade, e "a igualdade implica uma imputação indiferenciada de valor às identidades" (SALEM, 1989, p. 2), o que entre os cônjuges não era bem-vista naquele período. A norma vigente era a dominação masculina (HOOKS, 1952), e a mulher deveria estar mais ligada aos afazeres domésticos e à maternidade.

Em relação à maternidade, esta teve várias repercussões e cada professora vivenciou uma experiência diferente, conquistas e adversidades que marcaram sua carreira. Uma professora viu a filha como uma âncora. Outra entrevistada nos disse que ela escolheu ser mãe para não viver centrada somente em si, para aprender ao decorrer do percurso.

Ressaltamos, porém, que algumas dificuldades também foram trazidas. Uma professora relatou que durante sua primeira gravidez abriu um concurso para professores assistentes e ela resolveu participar. Estava ainda hospitalizada, mas escrevendo o artigo que deveria defender na seleção. Quando recebeu alta, ficou estudando em casa à noite, para terminar os materiais necessários. Após 15 dias, foi dar a aula. Segundo relatou, um dia antes começou a faltar seu leite, mas, quando

terminou a aula do concurso, teve que ir correndo para o banheiro, pois relaxou e seu leite começou a sair novamente. Para ela foi um período muito difícil, pois depois de se tornar professora teve o seu segundo filho sem licença maternidade, apenas com dispensa de 45 dias. Como Candice Vidal e Souza nos traz em um de seus trabalhos uma reflexão sobre o tema, vale destacar: “Causa espanto à nossa percepção contemporânea de direitos no Brasil o fato de que várias professoras se afastaram por pouco tempo das aulas após terem seus bebês” (2020, p. 20).

Algumas professoras, quando iam fazer pós-graduações ou pesquisas em outras localidades, tinham que deixar seus filhos com empregadas e seu marido. Naquela época, o contato por meios eletrônicos era muito escasso, então elas passavam longos períodos longe de sua família. Seus maridos, em difíceis casos, ajudavam com a criação dos filhos e manutenção da casa, e isso atrapalhava o crescimento acadêmico das mulheres, pois, como bell hooks nos mostra, na ocasião a “maneira como a sociedade patriarcal automaticamente pressupõe que determinadas tarefas são executadas por mães, quase sempre [torna] mais difícil para as mulheres alcançarem equidade de gênero quando têm de cuidar das crianças” (1952, p. 121).

A maioria das mães falou que se não tivessem tido ajuda de familiares do gênero feminino, como suas mães e sogras, de empregadas ou de creches, não saberiam se teriam dado conta, pois viajavam com frequência para mestrado, doutorado, congressos, pesquisas e outras atividades. Segundo uma entrevistada, a criança requer tempo, atenção e cuidados.

Assim como enfatizado em um trabalho de Bruna Klopper e Miriam Grossi (2020), essas informações acabam deixado claro que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos cuidados dos filhos ainda era atribuída à mulher, que acumulava o trabalho de professora com aquele realizado em casa, onde contava, provavelmente, com o apoio de empregadas domésticas, algo comum entre as mulheres dessa classe social e geração.

As mudanças trazidas pelas vidas pessoais no curso das vidas profissionais foram temas centrais nos relatos.

De modo geral, quando olhamos a história da Antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar as dificuldades encontradas por essas pioneiras durante seu percurso de vida geral, o que é avesso ao modo usual de construção do cânone

disciplinar ou o acrescentar de retratos na parede, onde estão penduradas apenas as "figuras icônicas" (SOUZA, 2020) das tradições nacionais de Antropologia, que são os homens.

No entanto, a escolha da pesquisa por enfatizar as experiências de professoras vai além da ideia de adicionar nomes femininos ao rol dos antropólogos. Intentamos compreender aspectos das relações de gênero, tais como a posição das mulheres no sistema de prestígio dentro do Departamento de Antropologia, as expectativas imaginadas e pretendidas para suas carreiras antropológicas em articulação com eventos e relações extra-acadêmicas, que se objetivam e se subjetivam em contextos universitários e na vida particular das mulheres.

Conclusão

É perceptível que esta nota de pesquisa é insuficiente para apresentar os relatos que coletamos sobre a biografia dessas antropólogas sem que nenhum aspecto seja deixado de fora. De todo modo, é interessante percebermos que, apesar das diferentes trajetórias que tiveram em suas vidas, um ponto que as unem são suas atuações profissionais na Antropologia em Santa Catarina.

Nesta pesquisa buscamos, antes de mais nada, visibilizar o processo de formação da Antropologia em Santa Catarina por meio da fala de professoras, que foram algumas das principais agentes nesta construção. Assim como Miriam Goldenberg (2004) nos mostra, a pesquisa deve ser compreendida como uma oportunidade única para fazer alguns exercícios que servem continuamente. O trabalho permitiu dar voz às professoras que estiveram presentes neste campo e que já se encontram aposentadas, se mostrando a partir de narrativas partilhadas.

E como Candice Souza (2016) nos apresenta, ao se fazer uma história da Antropologia, com ênfase principalmente em entrevistas, acabamos alcançando outros rumos além dos que buscamos na pesquisa, neste caso refletindo sobre aspectos das vidas científicas e pessoais, em diferentes momentos, das trajetórias dessas mulheres.

Assim, as narrativas trazidas pelas antropólogas pioneiras nos mostraram que ressignificaram suas leituras sobre o que viveram no passado. Como aborda Gabriele Rosenthal (2014, p. 229), "o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar

retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso". Documentar essas narrativas, autoriza ampliar a circulação e transmissão da história da Antropologia em Santa Catarina.

Este foi um esforço inicial para visibilizar e desvelar parte de uma história já conhecida da Antropologia, mas de um outro ponto: o do olhar feminino. Procuramos contribuir desse modo para a questão mais ampla da própria formação da Antropologia Brasileira, demonstrando sua heterogeneidade e, sobretudo, a complexidade daquelas antropologias consideradas provincianas.

A partir dessas entrevistas, também pudemos perceber como a experiência acadêmica teve um grande impacto na vida pessoal dessas mulheres. Foi uma "Saia Justa" (BONETTI; FLEISCHER, 2007) vivida por essas pioneiras na Antropologia.

Por fim, tal pesquisa trouxe grandes aprendizados dentro do projeto de iniciação científica no qual foi desenvolvida, já que permitiu a imersão na história do campo, possibilitando, assim, entender melhor a Antropologia de Santa Catarina, além de poder aprofundar mais nos estudos de gênero e suas intersecções. Como nos mostra Miriam Grossi (2018), quando procuramos encontrar o outro, conseguimos encontrar a nós mesmos.

No decorrer desta experiência, consegui me encontrar como uma mulher, branca, e, principalmente, a antropóloga que desejo ser. Gostaria de destacar a importância da formação teórica densa adquirida participando das reuniões do NIGS. Sem tais aprofundamentos, não teria sido possível a análise desses dados empíricos, já que a Antropologia, como aprendemos com as sujeitas de pesquisa, não pode ser feita sem um entrelaçamento consistente entre dados e teoria.

Nota de pesquisa recebida em 16 de setembro de 2021.
Aprovada para publicação em 7 de novembro de 2021.

Referências

A HISTÓRIA da Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina. *[S. l.: s. n.]*, 2020. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal NIGS Audiovisual. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ycPZ-v_OYxI. Acesso em: 30 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/. Acesso em: 30 jul. 2021.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

EVARISTO, Conceição. Conferência Magna "Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir" proferida no Seminário Internacional UFSC Fazendo Gênero 12, jul. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU. Acesso em: 26 jul. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, v. 24, p. 1-18, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do 'outro' encontra-se a 'si mesmo'. *In*: GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi; SALA, Arianna. **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p.19-28.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1952.

KLOPPER, Bruna; GROSSI, Miriam Pillar. Um olhar de gênero sobre a história das mulheres na antropologia brasileira: Ruth Cardoso e Eunice Durham. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (orgs.). **Teoria feminista e produção de conhecimento situado**: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha e Devires, 2020. p. 29-40.

LANGDON, Esther Jean. Medio siglo de investigaciones de campo: reflexión autobiográfica sobre las contribuciones de la perspectiva de género. **Revista Maguaré**, Bogotá, v. 27, n. 1, p. 215-240, jan./jun. 2013. Disponível em: https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/74558. Acesso em: 20 jul. 2021.

LAPLATINE, François. ***Aprender antropologia***. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIMA, Roberto Kant de. Éticas e identidades profissionais em uma perspectiva comparada. *In*: VÍCTORA, Ceres *et al*. (org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 73-77

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. Pesquisa em versus pesquisas com seres humanos. *In*: VÍCTORA, Ceres *et al*. (org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, jun. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116. Acesso em: 10 jul. 2021.

SALEM, Tânia. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Bernardo do Campo, v. 3, n. 9, p. 24-37, fev. 1989. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/09/rbcs09_03.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A Antropologia em Santa Catarina. *In*: SANTOS, Silvio Coelho dos; HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio (orgs.). **Memória da Antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: EDUFSC/ABA, 2006. p. 17-77.

SCHWADE, Elisete. 'Poder do sujeito, poder do objeto': relato de uma experiência de pesquisa em um assentamento de trabalhadores rurais. *In*: GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi; SALA, Arianna (orgs.). **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 29-37.

SOUZA, Candice Vidal e. Ensinar antropologia em outros tempos: as mulheres e as configurações do mundo acadêmico *In*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (orgs.). **Teoria feminista e produção de conhecimento situado***:* ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha e Devires, 2020. p. 9-28.

SOUZA, Candice Vidal e. Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p499. Acesso em: 09 jun. 2021.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazaré Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde***:* uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.